



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados				
Título:	Reunião Ordinária N. 40				
Local:	Auditório Maior, Sobreloja do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF				
Data da reunião:	03/03/2016	Hora de início:	09:30	Hora de encerramento:	13:30

Pauta da Reunião

1. 9:30 Abertura da reunião e aprovação da Ata da 39ª reunião ordinária
2. 09:35 Avisos e informações da presidência e secretaria da Câmara
 - Calendário de reuniões de 2016 – Referendo
 - Membros Infrequentes
3. 09:50 Diálogo com a Frente Parlamentar de Defesa e Valorização da Produção Nacional de Uvas, Vinhos, Espumantes e Derivados – Parlamentares e Membros da Câmara
4. 10:50 Carência de recursos disponíveis para o financiamento da safra 2016 – José Estefenon - ASBRASUCO
5. 11:10 Análise da exclusão da uva industrial da PGPM – José Estefenon - ASBRASUCO
6. 11:20 Quebra de safra – prorrogação do prazo para pagamento dos empréstimos – Olir Schiavenin - CIU
7. 11:40 Regulamentação de PI para uvas destinadas ao processamento – Representante da SDC
8. 12:00 GT do Decreto do Vinho – Mário Sergio - ASBRASUCO
9. 12:10 Novo IPI do Vinho e Derivados – Carlos Paviani - IBRAVIN
10. 12:30 Lei que rege as áreas de interesse turístico no Brasil – Guilherme Grando - ACAVITIS
11. 12:40 Agenda Estratégica – Definição de responsáveis pelos projetos/ações – Railson – ANAV
12. 13:10 Avaliação da visita técnica à vinícola de Cocalzinho – GO – Todos os Membros
13. 13:20 Assuntos Gerais
14. 13:30 Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	HUMBERTO CERESER	SINDIVINHOS	PR	
2	MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE		PR	
3	DIEGO SILVA DE SOUSA	ACST/MAPA	PR	
4	RAQUEL DE ALMEIDA SALGADO	ABBA	PR	
5	LUCIANO VIAN	ABE	PR	
6	JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA	ABRABE	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

7	GUILHERME SULSBACH GRANDO	ACAVITIS	PR	
8	DARCI DANI	AGAVI	PR	
9	RAILSON VIEIRA LOURES	ANEV	PR	
10	MARCOS MONTEIRO SOARES	ApexBRASIL	PR	
11	OLIR SCHIAVENIN	CIU	PR	
12	MAURO CELSO ZANUS	EMBRAPA	PR	
13	OSCAR LO	FECOVINHO	PR	
14	ITALO FRANCISCO BERTOLI	FIEMG	PR	
15	HELOISA BERTOLI	FIEMG	PR	
16	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	IBRAF	PR	
17	CARLOS RAIMUNDO PAVIANI	IBRAVIN	PR	
18	SYLVIA CASSEMIRO PINHEIRO	SEBRAE	PR	
19	GILBERTO PEDRUCCI	SINDIVINHO/RS	PR	
20	CELSO PANCERI	SINDIVINHO/SC	PR	
21	GUSTAVO HENRIQUE MARQUIM FIRMO DE ARAUJO	SPA/MAPA	PR	
22	JOSÉ GUALBERTO DE FREITAS ALMEIDA	VALEEXPORT	PR	
23	ALEXANDRE SEABRA RESENDE	ABRAS	PR	
24	JOSE CARLOS ESTEFENON	ASBRASUCO	PR	
25	CÉLIO LUIS PAULO	MDIC	PR	
26	MARIO SERGIO CARDOSO	ASBRASUCO	PR	
27	ANA RITA LOPES FARIAS FREDDO	CONAB	PR	
28	FERNANDO GOMES MOTTA	CONAB	PR	
29	HELIO LUIZ MARCHIORO	OCB	PR	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	
1. Abertura da reunião e aprovação da Ata da 39ª reunião ordinária - Às nove horas e quarenta minutos, do dia 03 de março de 2016, no Auditório Maior, na sobreloja do Edifício Sede do MAPA, em Brasília-DF, foi aberta pelo Secretário da Câmara, Marconi Albuquerque, a Quadragésima Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados. Passada a palavra ao Presidente da Câmara, Humberto Cereser, este deu as boas-vindas aos presentes e chamou para compor a mesa o ex-presidente Presidente da Câmara, Senhor Arnaldo Passarin, além de Carlos Carlos Paviani, diretor do IBRAVIN. O Presidente comentou as dificuldades financeiras pelas quais o país passa atualmente e que afetam o setor produtivo de vinhos e derivados, até a ponto de alguns produtores considerarem a possibilidade de abandonar a cultura. Ele destacou a importância da coesão do setor e a indispensável defesa do mercado consumidor já conquistado, a fim de preservá-lo da melhor maneira, pois, uma vez perdido, reconquistá-lo será ainda mais difícil. Finalizou informando que faria uma inversão de pauta já que os parlamentares da Frente Parlamentar de Defesa e Valorização da Produção Nacional de Uvas, Vinhos, Espumantes e Derivados, somente poderiam comparecer após as 11 horas da manhã. Ato contínuo o presidente franqueou a palavra ao senhor Arnaldo Passarin, destacando, antes, a sua gestão à frente da Câmara. O ex-presidente saudou a todos e disse da sua satisfação em voltar a participar das reuniões do Colegiado, agora em representação a AGAVI. Na sequência, o Secretário da Câmara submeteu à apreciação do Plenário a Ata da 39ª Reunião Ordinária, cuja minuta foi previamente encaminhada a todos os membros e convidados da Câmara. A Ata resultou aprovada sem ressalvas. 2. Avisos e informações da presidência e secretaria da Câmara - *Calendário de reuniões - ano de 2016 - Referendo: *Calendário de reuniões 2016 - Referendo: Após discussão do Plenário sobre possíveis datas que melhor combinassem com eventos importantes para o setor, as datas e locais das próximas reuniões ficaram da seguinte forma: 26 ou 28/04, em Bento Gonçalves/RS, durante a Envase Brasil e Brasil Alimenta; 21/07, em Brasília/DF e 25/10, em	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Bento Gonçalves/RS, por ocasião do Congresso da OIV. ***Membros Infrequentes:** o **Secretário da Câmara** exibiu o quadro de membros e convidados infrequentes, com faltas acima ou próximas do número limite previsto no Regimento Interno. A CNA e o MDA serão formalmente informados sobre suas faltas e seus representantes convidados a comparecerem à próxima reunião, sob pena de ultrapassarem o limite de faltas permitido. O Plenário deliberou pela manutenção da ANAV pois, segundo afirmaram o **Presidente** e **Raquel de Almeida**, ABBA, o representante, Marcelo Cereser, compareceu à uma das últimas reuniões, embora não tenha assinado a lista de presença. **3. Diálogo com a Frente Parlamentar de Defesa e Valorização da Produção Nacional de Uvas, Vinhos, Espumantes e Derivados - O Deputado Federal Mauro Pereira**, PMDB/RS, Presidente da Frente foi convidado a compor a Mesa. Comentou sobre a alteração da cobrança do IPI sobre bebidas quentes, mostrando-se otimista quanto ao setor conseguir reverter a situação, tendo por base o trabalho desenvolvido intensamente pela Frente, desde outubro, junto a Ministros e profissionais técnicos da área. Ressaltou que a Medida Provisória foi aprovada unanimemente no Congresso, com a emenda proposta pelo setor. A surpresa, segundo ele, veio com o posterior veto presidencial, fruto da pressão da Receita Federal. Após a emenda ter sido vetada, o **Deputado Mauro Pereira** e as entidades interessadas cobraram do Governo o cumprimento daquilo que havia sido acordado com o setor produtivo. Ele informou, ainda, que nesta semana o Vice-Presidente da República, Michel Temer, visitará a Festa da Uva em Caxias do Sul. Disse também que está prevista a ida da Presidente da República. Se assim ocorrer, serão, portanto, oportunidades imperdíveis para se tratar do tema e buscar apoio, afirmou. Em seguida, sublinhou a importância da continuidade do trabalho do setor junto aos parlamentares, reafirmando sua confiança na derrubada do veto. Alertou que a tarefa ficará um pouco mais complicada se a Presidente da República editar decreto. O **Deputado Mauro** fez referência a preocupante questão dos restaurantes e do comércio em geral estarem aumentando os valores das bebidas de maneira desmedida, utilizando a alteração do IPI como justificativa. Segundo ele é preciso refletir e formular possíveis soluções para combater o abuso. O **Presidente da Câmara** comentou que os estoques adquiridos com os valores antigos ainda não foram esgotados, portanto o efeito negativo ainda não foi sentido na sua totalidade. Afirmou que o mercado encolherá e será negativamente afetado pela questão tributária e pelo câmbio. **Celso Panceri**, SINDIVINHOS/CS, comentou o problema do crescimento da importação de vinhos internacionais (vendidos ao varejo), em Santa Catarina, sem exigência de pagamento da ST (Substituição Tributária), deixando os produtos nacionais sem competitividade. O **Deputado Mauro Pereira** ressaltou que o setor, como um todo, avançou muito quando comparado há alguns anos atrás, principalmente na competitividade e na qualidade. No entanto, enfrenta um problema atualmente: os produtos brasileiros estão sendo agressivamente comercializados pelo nosso Governo, tendo como destino a China, e a importação de produtos produzidos naquele país é a contrapartida. Sugeriu que seja feita gestão junto aos parlamentares e políticos de Santa Catarina. Ele exemplificou a ação positiva do Governador do RS, que apesar da situação econômica adversa, colaborou com o setor vitivinícola. **José Estefenon**, representante da ASBRASUCO, falou sobre as consequências “estagflação” sobre o mercado: os atores no mercado tentam antecipar os custos e perdas futuras, agregando essa previsão ao valor praticado atualmente. Agem assim para se protegerem da nefasta situação econômica, é a chamada inflação inercial. **Gilberto Pedrucci**, representando o SINDIVINHO/RS, comentou sobre a questão do SIMPLES, que envolve grande parte do setor vitivinícola: mais de 93% das vinícolas gaúchas e mais de 95% catarinenses se enquadrariam no SIMPLES nacional, mesmo com o teto atual. Segundo ele é um assunto que deveria receber maior atenção, e o apoio da Frente Parlamentar. **Carlos Paviani** comentou a respeito do levantamento, feito pelo IBRAVIN, de projetos de lei que tramitam na Câmara e Senado, afetos ao setor vitivinícola, e que devem ter atenção da Câmara Setorial e dos parlamentares defensores do setor (buscando apoiar e estimular o tramite daqueles que sejam benéficos, e frear aqueles que possam prejudicar a cadeia). O **Deputado Mauro Pereira** concordou e sugeriu o acompanhamento dos projetos, para antecipar e planejar as ações nas comissões parlamentares. Citou o exemplo da CNI - Confederação Nacional da Indústria, que atua com proximidade aos parlamentares das comissões por onde projetos de seu interesse passam. **Ítalo Bertoli**, representando a FIEMG, sugeriu uma maior aproximação da Câmara com a CNI, já que existem projetos do interesse de produtores e da indústria. O **Presidente da Câmara** citou casos de grandes empresas que estão fechando e mudando para outros estados e países, fugindo de dificuldades impostas por regramentos governamentais. Contudo, afirmou, essa não é uma opção para o setor vitivinícola, portanto é indispensável que o setor se faça ainda mais presente junto aos parlamentares e junto ao Governo para se defender. Por fim, ressaltou o grande poder que o setor produtivo tem quando se mobiliza. O **Deputado Mauro Pereira** comentou o potencial turístico das regiões produtoras, aliado à grande qualidade dos produtos derivados de vinho, e as belezas naturais desses estados. Ele comentou sugestão feita ao Ministério da Saúde, pelo **Presidente da Câmara Federal**, de elaborar e publicar um *ranking* do número de casos de Dengue, Zica e/ou Chikungunya, em cada cidade, pois isso certamente irá estimular o turismo nas localidades onde a incidência seja baixa ou nenhuma (como em algumas cidades da região sul). O **Deputado Federal Jerônimo Goergen**, PP/RS, informou



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

sobre o acordo feito com lideranças parlamentares que resultou em medida provisória de crédito suplementar, com aporte no MDA, no montante de 316 milhões - para garantia do pagamento de seguro, e financiamento de safra. Segundo disse, falta apenas a emenda que faz a especificação, dentro do seguro, do pagamento para a produção da uva. Isso alterará a lei e permitirá o pagamento de seguro no valor de cerca 158 milhões aos produtores. O **Deputado Goergen** informou, ainda, sobre a reunião marcada para o dia 09/03, com o IBGE, para adequar os métodos de levantamento, estimativa e acompanhamento de safra (tema que necessita de melhor abordagem, pois tem afetado muitos produtores e a economia das muitas famílias envolvidas).

4. Carência de recursos disponíveis para o financiamento da safra 2016 – José José Estefenon colocou em discussão a dificuldade de se conseguir recursos para financiar a safra da uva pelas agroindústrias do setor. Segundo informações obtidas por ele, junto ao Superintendente do Banco do Brasil, há pouquíssimo dinheiro proveniente da União reservado para este fim: os recursos disponibilizados somariam apenas 50% do total que o setor necessita, o restante seria obtido utilizando juros de mercado. Somam-se a isso as taxas de juros exorbitantes praticadas no financiamento - de 10,5% a.a., enquanto em outros países gira em torno de 3% a 4% (dependendo do enquadramento). Dito isso ele sugeriu que a Câmara emita documento solicitando ao Banco Central uma disponibilização maior de recursos, ainda que seja praticada a taxa de juro atual, e também defendendo o papel das agroindústrias como parte do setor primário - pois são extensões do setor vitivinícola. Também defendeu que a Câmara oficie a Secretaria de Política Agrícola - SPA do MAPA questionando o motivo pelo qual a uva figura o rol do PGPM, sem usufruir das vantagens, como por exemplo, recursos para financiar a safra e para pagar o preço mínimo. **Oscar Lo**, representante da FECOVINHO, corroborou as informações: os valores cada vez menores, provenientes do Plano Safra, têm dificultado a obtenção de financiamento para safra, e o financiamento tem sido feito sob condições e taxas mistas. Quanto à questão do PGPM ele defende que seja discutida de maneira mais ampla com todos os elos da cadeia, principalmente os produtores. **Olir Schiavenin** registrou que a Comissão Interestadual da Uva, entidade que representa, se opõe à retirada da uva do PGPM. Ele informou ainda que, nos últimos 2 anos, algumas empresas da região Sul deixaram de pagar os produtores, ou pagaram menos do que seria devido: posicionamento extremamente nocivo ao setor, pois acaba por afastar o produtor da cultura da uva e derivados. Além disso, essas empresas estariam pretendendo, junto ao Governo Estadual, viabilizar a importação da uva e derivados, a granel, de outros países, o que sua entidade desaprova inteiramente. **José José Estefenon** seguiu o entendimento e também se posicionou contrário à possibilidade dessa importação, que representaria o caos para toda a cadeia produtiva e, ofenderia a soberania legal. **Gustavo Firmo**, representante da SPA/MAPA, fez esclarecimento sobre o PGPM: o mercado não é obrigado a pagar determinado valor, a não ser que as empresas e indústrias acessem o FGPP - Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor. Confirmou que há escassez de recursos para o financiamento da safra e adiantou que caso o setor queira retirar a uva do FGPP, isso necessitaria da revogação da lei. Em sua opinião isso poderia trazer vantagens, mas ressaltou que quem deve dar a última palavra é o setor. **Gustavo Firmo** pontuou que os bancos não podem combinar linhas de financiamento e, no caso de confirmação, deve ser denunciada a ação ao Banco Central.

5. Análise da exclusão da uva industrial da PGPM - Item tratado em paralelo com o tema anterior. **6. Quebra de safra - prorrogação do prazo para pagamento dos empréstimos – Olir Schiavenin** concordou com os comentários feitos por José Estefenon, no item 4, sobre as altas taxas de juros, diminuição dos recursos para financiar a safra e dificuldades de acesso a crédito o que afetou diretamente os resultados e contribuiu para a quebra de safra. Ressaltou com veemência o desacordo de sua entidade em relação aos dados provenientes do IBGE referentes à safra, cuja pesquisa estaria sendo realizada de maneira indevida, à distância, quando deveria ser feita in loco (presencialmente). **Olir Schiavenin** destacou o problema da fiscalização insuficiente a qual deveria ser reforçada em sua região, com rapidez (para combater problemas como o da “água endógena”, por exemplo). Comentou sobre a diminuição da produção em Flores da Cunha/RS e região, diminuição da área cultivada, fuga dos jovens do campo e a falta de pagamento do seguro (há cerca de 2.500 produtores sem receber há algum tempo). Sugeriu que a Câmara solicite, oficialmente, prorrogação do prazo para pagamento dos empréstimos, considerando as dificuldades enfrentadas no último ano, elencadas por ele e por outros membros. **José Estefenon** informou que não há possibilidade de desabastecimento de vinhos e derivados, cujos estoques hoje seriam suficientes para abastecer o mercado e a cadeia, até março, apesar da quebra da safra. **Railson Vieira**, representante da ANEV, sublinhou a importância da defesa do mercado consumidor brasileiro. Ponderou sobre as incertezas que afetam a indústria e pediu maior transparência e informações sobre as posições dos estoques, para beneficiar o setor como um todo, e combater a instabilidade e conjecturas. Também opinou que a importação a granel pode ser adotada, desde que de maneira pontual, pensada e planejada. **Carlos Carlos Paviani** comentou sobre as demandas apresentadas na criação da Câmara Setorial da Viticultura, em 2003, quando o Cadastro Vitivinícola foi um dos primeiros pontos estruturais apresentados. Em resposta aos comentários sobre os números referentes aos estoques, ressaltou a importância do levantamento feito pelo IBRAVIN e informou que a entidade não tem acesso a todas as



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

informações de toda a cadeia, devido a não oficialização do Cadastro Vitivinícola Nacional, pelo MAPA. Comentou que a Ministra Katia Abreu já se posicionou oficialmente pela implementação, porém o prazo estabelecido para tanto já foi ultrapassado por duas vezes. Ele concordou que é preciso refletir, principalmente sobre a qualidade dos estoques, porém novamente pontuou que depende do Ministério para devida resolução da questão. Propôs ultimar o MAPA sobre o Cadastro, o que foi aceito pelo Plenário. **Carlos Carlos Paviani** ficou de minutar o ofício de pedido de celeridade no processo do Cadastro e encaminhado à Secretaria da Câmara. Finalizando, ele recomendou que se aguarde a conclusão da safra para que os resultados sejam publicados. **José Estefenon** concordou com o comentário, dizendo que as informações sobre os estoques, trazidas pela IBRAVIN, são fidedignas e estão de acordo com a metodologia atualmente utilizada. A Câmara deliberou por produzir nota oficial da Câmara, como Grupo Consultivo, formado por vários atores e setores da cadeia produtiva, a ser publicada no site do MAPA, e na imprensa em geral, objetivando acalmar o mercado e outros interessados quanto à safra e estoques. **7. Regulamentação de PI para uvas destinadas ao processamento - O Secretário da Câmara** deu conhecimento ao Plenário das informações dadas pelo senhor Helinton Rocha, Coordenação de Produção Integrada, área responsável pela atual análise do processo. Sobre o inesperado novo posicionamento da Consultoria Jurídica, a respeito do encaminhamento dado ao tema: a resolução deveria ser através de lei, ou diploma similar. O **Secretário** - considerando todo o esforço de profissionais técnicos do setor privado, inclusive com investimento financeiro para produzir o material que compõe o processo - sugeriu que a Câmara emita documento a Ministra Kátia Abreu, questionando o novo entendimento da CONJUR, que basicamente desconsiderou o trâmite e trabalhos anteriores. Outra oportunidade de fazer essa consulta será na reunião com a Ministra e os Presidentes da Câmara, atualmente programada para o dia 30 de março. Umberto Almeida Camargo, EMBRAPA, relatou que esse trabalho foi iniciado, financiado e inicialmente elaborado pelo setor privado (Luiz Argenta, cooperativas e outras entidades), e entregue ao MAPA apenas para ajustes, finalização e publicação. Essa conclusão era esperada para o ano passado, e o entrave colocado pela Consultoria o surpreende, inclusive porque existem outras modalidades de produção integrada, nos mesmo moldes, em vigor e aprovadas pelo MAPA. O **Secretário** informou que tem utilizado do sistema de “sinais de cores” no e-Car, para classificar a demanda como urgente, mas desconhece o motivo pelo qual não ouve o andamento esperado. O Colegiado registrou que espera desfecho positivo, célere e favorável ao setor. **8. GT do Decreto do Vinho** - Esse item foi tratado logo após o item 2, devido à inversão de pauta. **Mário Sergio**, da ASBRASUCO, fez breve relato sobre o trabalho do grupo de trabalho de revisão do decreto nº 8.198, coordenado por ele, enquanto exibia a proposta provisória: inicialmente o grupo recebeu diversas sugestões de todas as entidades interessadas, elas foram trabalhadas durante os encontros do grupo, compiladas e reunidas em proposta apresentada em documento-texto do word que foi encaminhada aos membros da Câmara. A alteração de alguns pontos do decreto foi consensual, marcados em verde, porém outros pontos, marcados em amarelo, foram itens de divergências entre as entidades. O coordenador do GT perpassou os principais pontos, comentando-os, dando conhecimento ao colegiado sobre em torno de quais pontos as discussões giraram, e as intenções das alterações. **Raquel de Almeida** propôs que antes da proposta da alteração do decreto ser apresentada ao MAPA, realizem uma última reunião para tentar chegar a ponto comum sobre esses itens pendentes. **Carlos Paviani** propôs que essa tentativa seja no dia anterior a próxima reunião, para que a minuta seja concluída e então apresentada a Câmara. **Arnaldo** concordou que ampliar a discussão com vistas a chegar a um consenso é importante. **Raquel de Almeida** agradeceu e ressaltou o importante trabalho de Mario Sergio ao coordenar os trabalhos do Grupo de Trabalho, o que foi reforçado por outros membros do GT. Fica decidido aguardar a última tentativa de acordo, antes de apresentar a proposta ao Ministério. **9. Novo IPI do Vinho e Derivados - Carlos Paviani**, comentou a edição da Medida Provisória nº 690/2015 (altera metodologia, de Ad Rem para Ad Valorem), e Decreto nº 8.512/2015 (que estabelece novos percentuais de alíquotas), que alteravam, a partir de dezembro de 2015, a cobrança do IPI sobre as “bebidas quentes”. Os atos, apesar da proposição de várias emendas, e reuniões com a Receita Federal, entraram em vigor. O Senador Humberto Costa, PT-PE, relator responsável pelo assunto, realizou audiências públicas para ouvir o setor. Foi feita gestão mobilizada, por diversas entidades importantes do setor vitivinícola, junto aos parlamentares, Governadores e Frentes Parlamentares, objetivando a admissão de emenda (alíquota máxima de 6%, em 2016, para vinhos e espumantes, e 5% em 2017, excetuando os destilados). Graças ao apoio desses agentes políticos a proposta do setor foi, vitoriosamente, acatada. Porém surpreendentemente, em 30/12/2016, a Medida foi vetada, concomitantemente com a mudança do Ministro da Fazenda. Este ano, os parlamentares que foram contatados demonstraram concordância em derrubar o veto. Atualmente a votação do veto está agendada para o dia 08/03, em sessão do Congresso. **Carlos Alberto**, IBRAF, complementou o relato dos trabalhos feitos para derrubada do veto. Ressaltou que a gestão junto aos deputados federais deve ser maior, considerando o resultado do levantamento numérico de tendência de voto dos parlamentares. **Raquel de Almeida** pediu esforço das entidades junto aos deputados com os quais tenham proximidade, para que compareçam na data da votação. Foi comentando que os senadores da região sul



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

também demonstraram inclinação à derrubada do veto, e também à aprovação do Simples Nacional. **Carlos Paviani** comentou que o setor produtivo da Cachaça também está se movimentando nesse sentido. O **Secretário** sugeriu que a Câmara emita ofício à Ministra, informando sobre todo o trâmite, para que ela auxilie na derrubada do veto, considerando que ela já demonstrou ser defensora do agronegócio. **Carlos Paviani** comentou que, caso fosse possível, essa gestão deveria ser feita, principalmente, junto ao Deputado Federal Leonardo Picciani, PMDB-RJ, pois acredita ser o parlamentar mais reticente. A Câmara acatou o envio do pedido. **10. Lei que rege as áreas de interesse turístico no Brasil - Guilherme Grando**, ACAVITIS, informou que foi informado que uma lei irá voltar à pauta do Congresso, que trata dos pontos turísticos nacionais: eles serão priorizados e beneficiados financeiramente para estimular o turismo. Como o setor vinícola depende desse movimento turístico seria importante que a câmara, e as cidade nela representadas, tenham ciência dos critérios utilizados para classificação a fim de serem incluídas nesse rol. O **Presidente** sugeriu convite à EMBRATUR, para participar da próxima reunião e tratar do tema. A Câmara concordou com a convocação que será oficializada por Guilherme e pela Assessoria, ao presidente da EMBRATUR. **11. Agenda Estratégica - Definição de responsáveis pelos projetos/ações - Railson** exibiu o trabalho referente à agenda estratégica concluído até então. **Carlos Paviani** propôs que os interessados se reúnam pouco antes da próxima reunião para definir, de maneira definitiva, a agenda. A sugestão foi apoiada por outros membros. Fica deliberada realização de reunião, 26/04, pela manhã, antes da próxima reunião da Câmara, para definir definitivamente a agenda. **Carlos Paviani** sugeriu que o local das próximas reuniões mude, pois, o formato do auditório não atende da melhor maneira a Câmara. O plenário concordou. **Railson** enviará novamente o trabalho apresentado, aos membros, para conhecimento. **12. Avaliação da visita técnica à vinícola de Cocalzinho/GO - O Presidente** elogiou o esforço da adaptação da produção vitícola no cerrado, e a qualidade surpreendente do produto. Suas observações foram confirmadas pelos demais membros. **Carlos Paviani** elogiou o vinho Bandeiras e Intrépido, ambos muito bons, embora a produção seja pouca. **13. Assuntos Gerais - Carlos Paviani** comentou a grande penetração com o qual o vinho azul entrou no mercado brasileiro, e o recente lançamento do espumante azul, que deve ser acompanhado de perto, para que não o mesmo, e se perca mercado. **Italo Bertoli**, FIEMG, corroborou o comentário, citou exemplo de produtos que podem se popularizar em todas as classes, simplesmente por serem importados. Portanto é preciso observar produtos que demonstrem relevante capacidade de penetração. O Blanc de Bleu Cuvée Mousseux Brut é lançamento da vinícola norte-americana Premium Vintage Cellars. Feito com uvas Chardonnay da região de Mendocino County, Califórnia. Sua coloração é resultado de da adição de extrato de mirtilos. O **Presidente** comentou trabalho realizado pela Fundação Quintus, recebido pela Câmara, e que apresenta (voluntariamente) diagnóstico do setor vitivinícola. Ele propôs divulgar o trabalho entre os membros. **Carlos Paviani**, e outros membros se opuseram, já que o trabalho é especulativo e com viés ideológico questionável, e pediu que o Presidente revisasse o trabalho e repensasse a decisão de divulgá-lo. Foi comentado sobre a falta de ampla publicidade do direito ao seguro, Pronaf e similares, pelos produtores: seria pequeno o número de produtores que tiveram acesso a eles, embora tenha direito. **14. Encerramento - Vencida a pauta**, o **Presidente da Câmara** indagou se alguém mais gostaria de fazer uso da palavra. Como ninguém se manifestou, ele ressaltou a importância da reunião, agradeceu a presença dos membros e convidados, desejou bom regresso a todos e encerrou a reunião às quatorze horas e cinco minutos, e eu, **Diego Silva de Sousa, Assessor da Câmara**, lavei esta ata a qual foi revisada pelo Secretário da Câmara e, uma vez aprovada, será assinada por todos os que participaram da reunião.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------